



XV Congresso Nacional de Pesquisa em  
Educação - COPED 2024

EDUCAÇÃO em (re)construção:  
desafios para a DEMOCRACIA e a  
FORMAÇÃO de PROFESSORES(AS)

DATA DO EVENTO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2024



## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Emanuelly Rodrigues de Souza  
Universidade Estadual de Montes Claros  
[emanuellys552@gmail.com](mailto:emanuellys552@gmail.com)  
Anna Gabrielle Souza Silva  
Universidade Estadual de Montes Claros  
[annagabrielle141@gmail.com](mailto:annagabrielle141@gmail.com)  
Cléa Márcia Pereira Câmara  
Universidade Estadual de Montes Claros  
[cléa.camara@unimontes.br](mailto:cléa.camara@unimontes.br)

**Eixo: Políticas Públicas e Gestão da Educação**

### Resumo

O presente trabalho que teve como tema: Políticas Públicas Educacionais: Educação de Jovens e Adultos, onde buscou investigar, Quais políticas públicas são destinadas à educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil? O objetivo foi conhecer a importância de proporcionar oportunidades educacionais para aqueles que não tiveram acesso ou concluíram a educação básica na idade apropriada. Políticas públicas são conjuntos de ações e decisões tomadas pelo Estado para enfrentar problemas sociais, econômicos, políticos ou culturais, visando alcançar objetivos específicos e promover o bem-estar da sociedade como um todo. A EJA é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para as pessoas que não tiveram acesso ou permanência no ensino regular na idade própria. O percurso metodológico utilizado na pesquisa foi bibliográfico de autores que discutem a temática a educação de jovens e adultos (EJA).

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Jovens; Adultos; Inclusão

### Introdução

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino com diversas particularidades que precisam ser consideradas ao analisarmos o processo de ensino e aprendizagem. Diversas características desses alunos são desafios que se fazem presentes na EJA, como a heterogeneidade de suas idades, a participação no mundo do trabalho, os tempos diversificados de interrupção ou iniciação tardia nos estudos, a baixa autoestima resultante de suas experiências anteriores com a escola e sua condição social. A EJA possui uma identidade que se diferencia da escolarização regular, não só pela faixa etária, mas pela sua especificidade sócio-histórico-cultural.

Para entender a EJA hoje, é crucial conhecer as concepções pedagógicas e as políticas públicas que a influenciaram ao longo do tempo. As ideias atuais sobre a EJA foram moldadas por concepções desenvolvidas décadas atrás, tornando essencial compreender e refletir sobre esse processo de construção. Isso nos ajuda a interpretar o contexto atual das políticas e das práticas pedagógicas na EJA, permitindo-nos dar novos significados a essas concepções.



## XV Congresso Nacional de Pesquisa em Educação - COPED 2024

**EDUCAÇÃO** em (re)construção:  
desafios para a **DEMOCRACIA** e a  
**FORMAÇÃO** de **PROFESSORES(AS)**

DATA DO EVENTO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2024



As políticas educacionais em uma sociedade fundamentalmente capitalista são moldadas para atender aos interesses da classe dominante, que controla o processo econômico e político, e para manter o sistema de produção. Romper com esse paradigma em busca de direitos democráticos é um desafio e uma luta que permeia toda a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa luta envolve a busca por uma educação que promova a igualdade de oportunidades e o acesso ao conhecimento, mesmo diante das desigualdades sociais e econômicas presentes na sociedade.

A trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada por desafios e transformações significativas. Ao longo do tempo, a EJA passou por diferentes fases, refletindo as mudanças sociais, políticas e educacionais. Inicialmente, a EJA esteve voltada principalmente para a alfabetização de adultos, atendendo a demandas básicas de educação. Com o passar dos anos, houve avanços na compreensão da importância da educação contínua ao longo da vida, levando ao desenvolvimento de abordagens mais abrangentes e inclusivas.

As políticas educacionais direcionadas à EJA também evoluíram para enfrentar desafios como o analfabetismo e a exclusão social. A compreensão dos aspectos históricos da EJA é fundamental para contextualizar suas práticas atuais e promover avanços significativos nessa modalidade de ensino.

### **Justificativa e problema da pesquisa**

O presente trabalho buscou entender a questão: Quais Políticas públicas são destinadas à educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil? Ampliar estudos com objetivos de inclusão das pessoas que não tiveram oportunidade de concluir sua formação básica, e na importância da educação de Jovens e Adultos para contribuir significativamente na diminuição de taxas de analfabetismo no Brasil, proporcionando oportunidades sociais e profissionais para os alunos.

Pois essa modalidade de educação tem um papel fundamental de oferecer aprendizagens e a inclusão para aqueles que buscam completar sua educação básica, proporcionando um espaço acolhedor, respeitador pela diversidade, oferecendo um currículo flexível e adaptado às necessidades, metodologias de ensino diferenciado e apoio sócio emocional e psicopedagógicos.

Pesquisar sobre esse tema se justifica devido à importância de conhecer quais são as políticas públicas educacionais voltadas à oferta da educação de Jovens e Adultos – EJA e a necessidade de a comunidade escolar acompanhar como estão sendo aplicadas o acesso à educação, permitindo que os indivíduos saibam seus direitos e sobre a qualidade de ensino, se os programas e as instituições estão cumprindo adequadamente os requisitos de qualidade estabelecidas.

Portanto conhecer as políticas públicas voltadas para a EJA é fundamental para garantir o acesso justo à educação, promover a qualidade de educação oferecida e melhorar a eficácia dos programas e iniciativas relacionadas à educação de Jovens e Adultos

### **Objetivos da pesquisa**

## XV Congresso Nacional de Pesquisa em Educação - COPED 2024

EDUCAÇÃO em (re)construção:  
desafios para a DEMOCRACIA e a  
FORMAÇÃO de PROFESSORES(AS)

DATA DO EVENTO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2024



Descrever a importância de proporcionar oportunidades educacionais através das Políticas Públicas destinadas a modalidade EJA que são aqueles que não tiveram acesso ou concluíram a educação básica na idade apropriada.

### Referencial teórico que fundamenta a pesquisa

Diante dos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea é importante discutir sobre as políticas públicas destinadas a educação de Jovens e Adultos (EJA). As políticas educacionais mais expressivas relacionadas à EJA têm seu início com a Constituição Federal de 1988, pois é ela que garante, no Título dos Direitos Individuais e Coletivos, o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros, visto que o artigo 208 diz que: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (Brasil, 1988).

Observa-se, que a Constituição federal já traz conforme citado a preocupação com aqueles que não tiveram oportunidade de concluir a escolarização em idade própria. Portanto, em cumprimento à Constituição Federal de 1988 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/96, define com mais clareza ao colocar a EJA como Modalidade da Educação Básica: “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio, na idade própria” (BRASIL, 1996).

Essa modalidade educacional é fundamental para promover a inclusão e a educação ao longo da vida, pois oferece uma chance de retomar os estudos. Em consideração disso é necessário que a escola ofereça um tratamento igualitário e respeitoso para todos. De acordo com a legislação nacional, como a LDB 9394/96.

Para isso, as políticas públicas relacionadas ao EJA devem abranger desde a oferta de turmas e escolas específicas até a implementação de metodologias de ensino adequadas para adultos, levando em consideração suas experiências de vida e necessidades individuais. Além disso, é importante que essas políticas contemplem o apoio socioemocional, a formação de professores especializados e a articulação com outras áreas, como assistência social e mercado de trabalho, visando garantir uma educação integral e inclusiva para os jovens e adultos que buscam retornar aos estudos.

A discussão e o fortalecimento das políticas públicas voltadas para o EJA são essenciais para promover a equidade educacional e contribuir para a formação e desenvolvimento dos alunos.

De acordo com Art.º 37 da legislação nacional em seu em seu § 1º, na nova LDB percebe-se a obrigatoriedade da gratuidade do ensino de EJA:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante Cursos e exames (Brasil, 1996).

Sendo assim a escola deveria oferecer uma variedade de recursos e suporte adaptados às necessidades específicas dos alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Com intuito de motivar os alunos a continuarem a estudar, formando uma formação de jovens e adultos comprometida com a educação.



## XV Congresso Nacional de Pesquisa em Educação - COPED 2024

**EDUCAÇÃO** em (re)construção:  
desafios para a **DEMOCRACIA** e a  
**FORMAÇÃO** de **PROFESSORES(AS)**

DATA DO EVENTO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2024



Pois pode observar que os números são assustadores e preocupantes a situação atual da educação brasileira, desmontando que o Brasil tem um número alto de analfabetismo e que não consegue garantir na prática a educação para todos.

A história do EJA foi marcada por avanços e retrocessos, no século XXI em 10 de maio de 2000 foi aprovado o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, do relator Carlos Roberto Jamil Cury, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. O parecer, regulamentador e normatizador da EJA nos dias atuais, instituíram três funções para essa modalidade de ensino: função reparadora, equalizadora e qualificadora.

A função Reparadora é trazer aos educandos a igualdade de direitos perante a lei, isso contribui para corrigir desigualdades educacionais permitindo que os indivíduos tenham a oportunidade de obter a certificação necessária. A negação desse direito resulta em consequências materiais, simbólicas e em diferentes formas de estratificação social. O documento entende que a educação escolar é parte imprescindível desse processo de reparação, mas não o faz sozinha, a busca por uma sociedade menos desigual e mais justa é fundamental.

Já equalizadora busca promover a igualdade de oportunidades, permitindo o acesso a educação independente de sua idade ou histórico educacional. A EJA tem a função equalizadora de, considerando as condições específicas, para garantir uma redistribuição e alocação mais igualitária na forma pela qual se distribuem os bens sociais.

A função qualificadora da EJA desempenha um papel na qualificação e educação permanente, proporcionando oportunidades, para que as pessoas desenvolvam novas habilidades, ampliem seus conhecimentos e melhorem suas perspectivas no mercado de trabalho. Refere-se à tarefa de oportunizar a atualização de conhecimentos por toda a vida. O ser humano é um ser incompleto, mas com potencial para construir conhecimentos e valores e desenvolver habilidades e competências em todas as idades e épocas da vida. A função qualificadora também se refere à questão do material didático. Uma produção de material didático adequado é importante para enriquecer e aprimorar a experiência de aprendizado dos alunos. Isso significa que um material qualificador não apenas fornece informações, mas também as apresenta de maneira interessante, envolvente e educativa, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e intelectual dos estudantes.

Foram criados, Programas com a finalidade de promover educação básica e formação profissional para aqueles que não tiveram acesso. Dando-lhes oportunidade de melhoria na sociedade, nas perspectivas de emprego e na qualidade de vida, alguns desses programas são: Programa Brasil Alfabetizado, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação (PROEJA), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

O PROJOVEM foi instituído com o objetivo de atender jovens desempregados que cursavam, mas não concluíram o ensino fundamental, a fim de elevar a escolaridade, certificar e envolver esse público em ações comunitárias, oferecendo a oportunidade para que jovens entre 18 e 29 anos possam concluir o ensino fundamental, receber formação profissional inicial em uma área de interesse e participar de atividades de desenvolvimento pessoal e cidadania. Além disso, o programa visa oferecer suporte para que os jovens



**XV Congresso Nacional de Pesquisa em  
Educação - COPED 2024**

**EDUCAÇÃO** em (re)construção:  
desafios para a **DEMOCRACIA** e a  
**FORMAÇÃO de PROFESSORES(AS)**

DATA DO EVENTO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2024



possam ingressar no mercado de trabalho ou dar continuidade aos estudos após a conclusão do PROJOVEM. Com essa iniciativa, o governo busca contribuir para a inserção social e profissional desses jovens, possibilitando que eles tenham melhores condições para construir um futuro mais promissor.

Já o ENCCEJA promove uma inclusão excludente dos indivíduos, pois prioriza a certificação em prejuízo do conhecimento, fragilizando ainda mais essa modalidade. Assim, essas políticas não se constituíram como uma efetiva oportunidade de promoção da educação escolar. O ENCCEJA oferece a oportunidade para a obtenção da certificação do ensino fundamental e médio fundamental e médio, permitindo que os candidatos comprovem suas habilidades e conhecimentos em diferentes áreas do conhecimento. Essa certificação é reconhecida em todo o território nacional e possibilita que os participantes possam prosseguir com seus estudos, ingressar no mercado de trabalho e ter acesso a novas oportunidades educacionais e profissionais, por isso é uma importante ferramenta para promover a inclusão educacional e social, garantindo que jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos na idade regular tenham uma segunda chance de obter sua certificação.

Em contrapartida, o Proeja demonstra ser um programa mais consistente e inclusivo. O PROEJA oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio, permitindo que os estudantes obtenham uma formação completa, que une conhecimentos teóricos com práticos, preparando-os para o mercado de trabalho. Essa modalidade de ensino é especialmente importante para aqueles que buscam se qualificar profissionalmente e concluir seus estudos, proporcionando melhores oportunidades de emprego e crescimento pessoal.

As políticas públicas por serem diferentes das decisões públicas, envolvem mais que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas na sociedade. Após esse exercício, a autora apresenta o seu entendimento sobre as políticas públicas como sendo:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Souza, 2003, p. 13).

Pelo o exposto, políticas públicas compreendem como um conjunto de decisões e ações realizadas pelo Estado em diferentes níveis (federal, estadual e municipal) para direcionar recursos e esforços a determinados setores da sociedade. Essas ações têm o propósito de atender às necessidades e demandas da população, buscando promover o bem-estar social e o desenvolvimento coletivo. As políticas públicas representam a intervenção do Estado na vida dos cidadãos, seja de forma direta ou por meio de delegação, impactando diversos aspectos da sociedade, como educação, saúde, segurança, habitação, entre outros. Elas refletem as escolhas feitas pelos governantes para distribuir recursos e regular atividades em prol do interesse público.

As políticas públicas voltadas para a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) abrangem uma série de iniciativas que visam garantir o acesso, a permanência e o

## XV Congresso Nacional de Pesquisa em Educação - COPED 2024

**EDUCAÇÃO** em (re)construção:  
desafios para a **DEMOCRACIA** e a  
**FORMAÇÃO** de **PROFESSORES(AS)**

DATA DO EVENTO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2024



sucesso dos estudantes nessa modalidade de ensino. Algumas das principais políticas incluem: Programas de Alfabetização que tem como objetivo iniciativas que buscam reduzir o analfabetismo e promover a alfabetização de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade apropriada. Flexibilização de Horários servindo como adoção de horários flexíveis para as aulas, levando em consideração a realidade dos estudantes adultos, que muitas vezes têm jornadas de trabalho e outras responsabilidades. O fator importante é o de material didático específico para a EJA, levando em conta as necessidades e características dos alunos nessa faixa etária.

Já a Formação de Professores tem que haver uma capacitação de professores para atuarem na EJA, com foco nas metodologias adequadas para o ensino de jovens e adultos. Todos os professores devem estudar mais aprofundado sobre as questões que compõem a realidade desse público, com uma metodologia para compreender e favorecer as lógicas de aprendizagem, oferecendo aos professoras e aos alunos.

Avaliação e Acompanhamento serve como implementação de sistemas de avaliação e acompanhamento dos estudantes, com o objetivo de identificar suas necessidades e promover ações de correção de fluxo e apoio pedagógico.

Essas políticas públicas têm como objetivo garantir que os estudantes da EJA tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas particularidades e promovendo sua inserção no mundo do conhecimento, possibilitando repensar em melhorias para o que o processo de ensino-aprendizagem seja atingido e eficaz oferecendo uma educação de qualidade para todos.

### **Procedimentos metodológicos**

O percurso metodológico utilizado na pesquisa foi revisão bibliográfica, de autores que discutem a temática: A educação de Jovens e Adultos (EJA) e as políticas públicas Educacionais.

### **Análise dos dados e resultados da pesquisa**

Foram realizadas pesquisas sobre como funciona as políticas públicas para a educação de Jovens e Adultos e percebe-se que O ciclo atual do programa, iniciado em 2015, aponta que 167.971 brasileiros estão sendo alfabetizados. Hoje, 17,5 mil turmas estão ativas, com 17.088 alfabetizadores, 2.902 coordenadores e 105 tradutores intérpretes da língua brasileira de sinais (libras).

Percebe-se que as políticas públicas da educação de jovens e adultos têm que ser ainda pensadas de forma integrada às necessidades de cada um dos alunos.

Visando não apenas a conclusão de ensino, mas a inclusão social, a aprendizagem de forma justa, combate ao analfabetismo, desenvolvimento social e econômico.

É fundamental investir na qualidade de ensino e na formação continuada dos professores. Portanto é crucial priorizar políticas públicas que atenda às necessidades reais do EJA e garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, desenvolvendo métodos de ensino acessíveis e eficazes para esse público.

### **Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED**

## XV Congresso Nacional de Pesquisa em Educação - COPED 2024

**EDUCAÇÃO** em (re)construção:  
desafios para a **DEMOCRACIA** e a  
**FORMAÇÃO de PROFESSORES(AS)**

DATA DO EVENTO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2024



Compreender as políticas públicas brasileiras para a educação e em especial, para a inclusão dos jovens e adultos que não concluíram sua formação inicial, é um tema fundamental para a formação do futuro pedagogo que deseja enveredar pelos caminhos da educação e esse foi o objeto do estudo que tem uma estreita relação com o eixos temático do evento COPED.

### Considerações finais

A pesquisa procurou investigar quais políticas públicas educacionais da educação de jovens e adultos (EJA). Conhecer e refletir sobre o contexto social, político e econômico presente na construção das ações pedagógicas e das políticas públicas ao longo da história da EJA, nós mostra como somos fundamentais para contribuir com essa modalidade de ensino, ressaltando que a responsabilidade não recai apenas sobre um grupo específico, mas sim sobre toda a sociedade. Os governantes têm o papel crucial de implementar políticas públicas integradas que promovam e fortaleçam a EJA, garantindo recursos, estrutura e apoio necessários para o funcionamento eficaz dessa modalidade de ensino. As instituições de ensino devem elaborar projetos pedagógicos adequados às necessidades e realidades de seus alunos na EJA, evitando seguir modelos padronizados e buscando abordagens personalizadas que levem em consideração as particularidades de cada estudante.

Os educadores que atuam na EJA precisam estar em constante processo de atualização de seus conhecimentos e métodos de ensino, buscando estratégias pedagógicas inovadoras e inclusivas que atendam às demandas educacionais dos alunos adultos. Os estudantes da EJA devem valorizar a oportunidade de estudar e se dedicam ao aprendizado para expandir seus conhecimentos, aproveitando ao máximo essa chance de crescimento pessoal e profissional. Em geral todos os membros da sociedade têm o dever de contribuir para a EJA, evitando discriminação em relação a essa modalidade de ensino e valorizando os alunos que buscam a educação na idade adulta, promovendo assim uma cultura de respeito e inclusão.

Portanto, a consideração final que chegamos ao fim dessa discussão, é que compreendo a preocupação com a necessidade de políticas públicas que priorizem a educação de Jovens e Adultos (EJA) para atender às suas reais necessidades e combater o preconceito que muitas vezes enfrentam. É fundamental que os governantes reconheçam a importância do EJA e implementem medidas inclusivas para garantir que todos tenham acesso à educação de qualidade. Além disso, é essencial desenvolver métodos de ensino que sejam acessíveis e compreensíveis para esse público, transmitindo o conhecimento de forma simples e eficaz.

### Referências

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.



**XV Congresso Nacional de Pesquisa em  
Educação - COPED 2024**

**EDUCAÇÃO** em (re)construção:  
desafios para a **DEMOCRACIA** e a  
**FORMAÇÃO** de **PROFESSORES(AS)**

DATA DO EVENTO: 12 A 14 DE JUNHO DE 2024



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996

BRASIL, **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE)**. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: maio de 2000.2

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.